

Sistema mundial com características chinesas: o Tianxia, o Zhongyong e o Realismo Moral como ordem internacional

World system with Chinese characteristics: the Tianxia, Zhongyong, and Moral Realism as international order

DOI: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.129513>

Lucas Gualberto do Nascimento

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil

lucas.nascimento@pepi.ie.ufrj.br  

Resumo

No atual século, com a ascensão chinesa e a sua crescente participação na economia e no sistema político mundial, há o desenvolvimento de uma influente perspectiva chinesa das relações internacionais. Nas últimas quatro décadas, movimentos da intelectualidade chinesa promoveram o surgimento de visões próprias, nacionais, do sistema mundial. Este artigo destaca três vertentes da filosofia política chinesa para o sistema internacional: o Tudo Sob o Céu (*Tianxia*), a dialética *Zhongyong* e o Realismo Moral como elementos teóricos formuladores de uma perspectiva de sistema mundial com características chinesas. O objetivo, portanto, é analisar, a partir do seu processo histórico de ascensão, como estas correntes de pensamento para uma ordem internacional são resultado da formação social e do Estado chinês, e como estas diferenciam-se das tradições da filosofia política ocidental e suas bases epistemológicas. Estas vertentes se projetam em termos de ideias e instituições para uma perspectiva chinesa de ordem internacional no século XXI.

Palavras-chave: China; Teoria política; Sistema mundial.

Abstract

In the current century, along with the rise of China and its increasing participation in the world economy and political system, there is the development of an influential Chinese perspective of international relations. In the last four decades, movements of the Chinese intelligentsia have promoted the emergence of their own national visions of the world system. This article highlights three branches of the Chinese political philosophy for the international system: the All Under Heaven (*Tianxia*), the *Zhongyong* dialectics, and the Moral Realism as theoretical elements that formulate a perspective of the world system with Chinese characteristics. Its aim, therefore, is to analyse, from its historical process of ascension, how these strands of thought for an international order are the results of the Chinese social formation and the Chinese state, and how they differ from the traditions of Western political philosophy and its epistemological bases. These strands are projected in terms of ideas and institutions for a Chinese perspective of international order in the 21st century.

Keywords: China; Political theory; World system.

Recebido: 19 Janeiro 2023

Aceito: 14 Março 2023

Conflitos de interesse: O autor não reportou potenciais conflitos de interesse



Introdução: a ascensão chinesa como conjuntura

A conjuntura histórica do século XXI, principalmente a partir de uma perspectiva político-econômica, resulta na crescente ascensão chinesa em termos econômicos e influência política mundiais. Este processo histórico está em contraposição ao período de jugo colonial comumente denominado Século das Humilhações (1840-1949), no qual a China da Dinastia Qing (1636-1912) sofreu invasões de potências coloniais europeias, sobretudo do Império Britânico.

Ao longo do século XIX, a partir das Guerras do Ópio (1840-1842; 1858-1863) e das diversas rebeliões internas como resultado de lutas políticas frente às invasões estrangeiras – a destacar as rebeliões Taiping (1850-1864), Nian (1851-1868), Dungan (1855-1873) e Boxer (1899-1901) - a China perdeu o posto de principal economia mundial para a Europa, o que reflete um período de ocaso da sociedade chinesa, colonização e desintegração interna (CERQUEIRA; ALBUQUERQUE, 2020, p. 1172). A Revolução Xinhai (1911-1912) e a Proclamação da República foram resultados das revoltas internas na sociedade chinesa frente ao jugo colonial e os interesses predominantes das potências europeias, sobretudo as rotas comerciais e os mercados chineses.

A fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, após o fim das invasões japonesas e da guerra civil, é resultado de uma visão nacionalista chinesa de modo a superar o Século das Humilhações - um período histórico no qual a China perdeu influência regional, conflitos militares, e foi obrigada a ceder entrepostos comerciais no seu litoral a potências ocidentais e ao Japão, acordos estes chamados de Tratados Desiguais (XI, 2014, p. 39). A revolução socialista, resultado de uma luta interna centenária chinesa pela superação das Humilhações, devido ao choque com o imperialismo europeu, é representada nesta atual forma-Estado chinesa, a RPC.

Esta forma-Estado, desde então, é o Partido Comunista Chinês, com o objetivo da modernização e busca pela autonomia da sociedade-civilização chinesa, frente a um sistema interestatal visto como hostil ao desenvolvimento do país (NOGUEIRA, 2021, p. 7). Este processo modernizador é a ascensão chinesa em acumulação material e poder como Estado-civilização¹, além de um processo de reavaliação da sociedade de suas tradições e valores frente aos padrões ocidentais². Desta forma, o discurso chinês contemporâneo está sobretudo baseado nas questões China-Occidente e tradição-modernidade. A modernização é visada pelo movimento socialista chinês como o protagonista deste processo; sendo assim o conceito chinês de modernização inerente aos reformistas socialistas e os seus objetivos: o desenvolvimento econômico a favor do projeto nacionalista, a partir do desenvolvimento tecnológico e a transição controlada para uma economia capitalista de mercado regulada (WANG, 1998, p. 11-16).

Durante os anos 1970, sobretudo após o reconhecimento pleno da RPC na Organização das Nações Unidas (ONU), em 1971, e o processo de transformação institucional e econômico conhecido como Reforma e Abertura, o país consolida o processo paulatino de superação histórica do período das Humilhações, e busca a integração plena e aumento de influência e posições na hierarquia do sistema interestatal. A partir de então, as influências e tradições da China imperial e da experiência socialista seriam incorporadas às perspectivas chinesas das relações internacionais, como campo teórico e como prática de política internacional (BARBOSA, 2021, p. 9-10).

De forma a superar este período histórico a partir do desenvolvimento da China contemporânea, a política do governo chinês para o século XXI é denominada Sonho Chinês, destacado como o “rejuvenescimento” da China a partir do “Socialismo com características chinesas”, isto é, a liderança do Partido Comunista Chinês (PCCh) no desenvolvimento do país nas últimas décadas, em resposta ao ocaso da sociedade chinesa no século anterior (XI, 2014, p. 37). Ou seja, o século

¹ O termo Estado-civilização é utilizado para denominar a continuidade histórica presente na formação da sociedade na China. Xia (2014) destaca o Estado chinês como o representante da civilização chinesa, isto é, as tradições confucianas formadoras da sua sociedade, transmitidas em sua continuidade milenar. As mais destacadas tradições formadoras seriam: um Estado secular; uma formada burocracia estatal; governo por virtude; sociedade civil; e unificação pela língua.

² Ainda sobre o uso de Estado-civilização como denominação da formação social chinesa, Zhang (2012) classifica o termo como o amálgama desta sociedade em sua longínqua continuidade histórica na forma de um Estado moderno como seu representante. Enquanto o Estado-nação chinês possui formação recente, a China como Estado-civilização possui uma história milenar, pelo menos desde a sua primeira unificação, da dinastia Qin, em 221 AEC.

posterior ao estabelecimento da RPC (1949-2049) seria historicamente uma resposta ao ocaso da sociedade chinesa frente a outras regiões, especialmente o denominado Ocidente (Estados Unidos e Europa).

Uma consequência da busca pelo desenvolvimento da China contemporânea é a elaboração de perspectivas teóricas próprias, e do surgimento de visões distintas das relações internacionais (RI), com características chinesas. Esta ascensão chinesa no atual século possui desdobramentos significativos para o sistema internacional. A crescente influência chinesa nas diversas dimensões da ordem internacional destaca a filosofia política da China como uma perspectiva de análise das relações internacionais, e como esta se contrapõe e se diferencia da perspectiva ocidental. Este movimento é destacado por Barbosa (2021, p. 3) como Movimento Escola Chinesa³, isto é, um processo epistemológico de formação de um arcabouço teórico próprio sobre RI, com adaptações e criações originais.

As principais motivações para o desenvolvimento deste processo epistemológico estão baseadas na necessidade de um contraponto chinês às teorias dominantes em RI, vistas como elementos que reforçam os interesses nacionais e as perspectivas das potências criadoras – as potências ocidentais, além da busca pela diversificação das fontes de conhecimento na área, de modo que não seja tão somente unidirecional, do Ocidente para o mundo (BARBOSA, 2021, p. 5). Hwang (2021, p. 312) destaca como as teorias tradicionais de RI, especialmente o Realismo, fazem parte de um elemento discursivo e da experiência histórica das potências europeias, na sua lógica de expansão a partir do imperialismo e do neocolonialismo. Desta forma, a ascensão chinesa desperta a necessidade da construção de uma perspectiva chinesa para as RI, incorporando conceitos propriamente chineses. Assim, uma visão própria chinesa de RI se insere no contexto histórico do país de busca por autonomia e um desdobramento da sua ascensão no concerto das grandes potências.

No processo de consolidação da formação de uma escola chinesa de RI, Grachikov (2019, p. 158-161) e Qin (2011, p. 231-232) dividem o desenvolvimento histórico da escola em três momentos, ou debates: 1) A teoria de RI com características chinesas; 2) Teoria chinesa e a formação de uma escola nacional; 3) Diferentes vertentes sobre a criação de uma escola chinesa e a sua repercussão.

Primeiramente, o debate consolidou-se em torno de conservadores e reformistas, e fomentado pelo 12º Congresso do Partido Comunista Chinês, em 1982. Debates sobre o estado das relações internacionais à época foram feitos – organizados sobre temas como guerra e revolução, paz e desenvolvimento – e uma grande conferência em Xangai, em 1987, culminou na transição da “Teoria de RI com características chinesas” para esforços em torno da criação de uma tradição epistemológica – uma escola chinesa de RI.

O segundo debate, na década de 1990, foi resultado do confronto entre perspectivas realistas e liberais entre acadêmicos chineses – e qual seria a melhor forma para implementar os interesses nacionais do país. Enquanto a perspectiva realista enfatizou as questões de acumulação de poder, tradicionais em termos do Realismo e da China como uma grande potência, a tradição liberal defendeu a participação chinesa nas instituições internacionais de forma a defender os seus interesses (QIN, 2011, p. 231).

O terceiro debate formador do movimento da escola chinesa, sobre as suas formas viáveis de construção, a questão do método tornou-se essencial, o que resultou no resgate histórico da filosofia política chinesa, como no período Pré-Qin. Exponentes da escola chinesa, como Yan Xuetong e Qin Yaqing, recorrem ao contexto histórico chinês para elaborar uma teoria essencialmente nacional, com bases nas suas formas sociais e de Estado. Desta forma, os conceitos chineses consolidam-se como uma perspectiva crítica do etnocentrismo ocidental em RI (GRACHIKOV, 2019, p. 161).

O contexto histórico do terceiro debate é o surgimento do século XXI e suas questões contemporâneas, como a própria ascensão chinesa. Qin (2011, p. 232) enfatiza este debate como tripartite, entre realistas, liberais e construtivistas⁴.

³ O autor destaca que “nas últimas quatro décadas, esforços contínuos de vários pensadores locais buscaram contestar a hegemonia ocidental na produção teórica em RI e apresentar um contraponto, um conhecimento novo e essencialmente chinês. Esse empenho individual de vários acadêmicos, mas com um objetivo de tentar criar uma teoria não ocidental de RI, é o que se convencionou chamar Movimento Escola Chinesa” (BARBOSA, 2021, p. 4).

⁴ Igualmente, Hwang (2021, p. 312) destaca como as três perspectivas teóricas mais influentes de uma escola chinesa: Realismo Moral (Yan Xuetong); Sistema *Tianxia* (Zhao Tingyang); e Teoria Relacional – *Zhongyong* (Qin Yaqing).

O realismo, em sua tradição, defende que grandes potências não ascendem no sistema interestatal de forma totalmente pacífica, estando destinadas ao conflito; liberais defendem os benefícios tangíveis da participação intensa chinesa nas instituições internacionais; e construtivistas exploram as origens da identidade chinesa como fontes da sua ascensão, e como a integração da China ao sistema interestatal gera consequências na sua política exterior. Desta forma, há uma apropriação e reversão de conceitos oriundos das teorias mais consolidadas em RI: a noção realista de poder; o cosmopolitismo liberal; e a ideia relacional construtivista – sendo esta apropriação, adaptação e reversão para a sua própria realidade⁵ o que canaliza a estratégia de uma escola chinesa de RI (HWANG, 2021). Um ponto em comum entre as três abordagens é a experiência histórica chinesa no sistema interestatal, sobretudo desde a experiência colonialista das Guerras do Ópio.

Portanto, de forma a situar a formação de uma visão chinesa das relações internacionais, este artigo está estruturado, após a presente introdução da seguinte forma: a seguir, como respectivamente as seções dois, três e quatro, serão expostos o *Tianxia*, a dialética *Zhongyong*, e o Realismo Moral como fontes teóricas da perspectiva política chinesa para o internacional. Estas teorias são resultado do chamado Movimento Escola Chinesa, atuante desde aproximadamente a década de 1980, no esforço conjunto intelectual e acadêmico no sentido de promover a China como fonte autônoma de teorias de relações internacionais, além da busca por esta autonomia intelectual em relação às perspectivas ocidentais. Na seção cinco, as bases formadoras das referidas perspectivas chinesas são comparadas às fontes teóricas basilares para as teorias ocidentais de relações internacionais, especialmente o Realismo, visto a partir de uma perspectiva crítica. Em conclusão, a sexta seção recapitula as principais considerações do artigo sobre as diferentes visões teóricas chinesas em RI.

O *Tianxia* como perspectiva de ordem internacional

O *Tianxia* (天下), ou Tudo Sob o Céu, faz parte de uma tradição político-filosófica chinesa herdada de valores sociais confucianos milenares. Esta tradição foi responsável pelas bases do sistema tributário chinês, que vigorou por cerca de dois mil anos, da dinastia Zhou (1050-221 AEC) à dinastia Qing (1636-1912) (BARBOSA, 2021, p. 6).

De forma a caracterizar o *Tianxia* e diferenciá-lo das tradições políticas ocidentais, Zhao (2006) destaca que a Era Moderna tem sido formada por Estados-nação, nos quais o conceito de império foi distorcido para significar o imperialismo das grandes potências. Para o autor, o avanço tecnológico do processo de globalização resulta num enfraquecimento relativo do sistema de Estados-nação, o que ressuscita a discussão de império como governança global, e o conceito de *Tianxia* como uma alternativa da tradição política chinesa para o sistema internacional.

Tianxia - Tudo sob o Céu, é uma idealização de império, devido a sua totalidade quanto ao sistema mundial. Seu primeiro significado, portanto, é de totalidade da Terra. Em segundo lugar, significa “os corações do povo”, a vontade popular. Assim, *Tianxia* significa o mundo e os seus povos em totalidade, e o imperador somente consegue governar com o consentimento e apoio do povo. Como terceiro significado, também é uma instituição mundial, um sistema universal. O conceito é diferenciado de um império militar, como o Império Romano, ou um Estado-nação imperialista, como o Império Britânico; *Tianxia* significa um *mundo institucional*, como definição na tripla dimensão geográfica, psicológica e política (ZHAO, 2006, p. 30).

A busca pela grande harmonia (大同 datong), princípio maior do Tudo Sob o Céu, é representado no agir moral e no exemplo do imperador, a ser seguido pela sociedade, a partir das seguintes virtudes: benevolência (仁 ren), senso do dever (义 yi), comedimento (礼 li), sabedoria (知 zhi) e confiabilidade (信 xin). A legitimidade do soberano, e a consequente harmonia social, estão baseadas na afirmação destas virtudes, o que adquire à política um aspecto moral

⁵ “A Escola Chinesa pode, portanto, ser justificada por uma perspectiva pós-colonial, pois pode ser vista como um discurso reverso, incorporando porém alterando significados originais de conceitos, ideias e princípios usados e dados como certos por acadêmicos de RI convencionais” (HWANG, 2021, p. 313, tradução nossa).

relevante. Diferentemente da tradição ocidental, há uma dimensão moral estabelecida no agir e no dever político, uma distinção considerável da tradição do Ocidente (CORRÊA; BARBOSA, 2011, p. 35).

Neste caso, segundo Zhao (2006), os problemas mundiais devem ser vistos não como um conjunto de questões nacionais, mas na medida da sua “mundialidade” (*worldness*). Diferentemente da teoria política ocidental, na qual a unidade política por excelência é o Estado-nação, a teoria chinesa destaca a sociedade mundial (*world society*). A filosofia política chinesa prioriza o mundo como unidade de análise, enquanto a tradição ocidental destaca a unidade estatal, sendo o sistema interestatal e suas alianças a soma de unidades estatais.

O *Tianxia* deve ser compreendido juntamente com o conceito de *Tianzi* (天子 - Filho do Céu), um mandato celestial. Este mandato somente tem a sua evidência a partir do apoio popular como legitimidade de governo. Portanto, “um rei, uma instituição, um sistema político, não é melhor, mas performa melhor”, e assim deve mostrar resultados. Assim, o povo seguir ou não seguir um governo é a questão fundamental da filosofia política chinesa – no caso, o “coração do povo”. O autor destaca este elemento como crítica à ênfase ocidental em democracias eleitorais, nas quais não necessariamente a vontade do povo é respeitada, pois o voto “é contaminado por dinheiro, enganado pela mídia e distorcido pelos votos estratégicos” (ZHAO, 2006, p. 31, tradução nossa). Portanto, a preferência popular em eleições formais não é a questão central da filosofia política chinesa, mas a preocupação sincera com as questões populares.

Em continuidade, três princípios formam o Tudo sob o Céu: 1) a legitimidade política de governar é independente de religião ou ideologia; 2) o governo está aberto para todos os que sabem o Caminho (道 *tao*), para satisfazer os anseios do povo; 3) não é um superpoder ou uma ditadura, mas aquele que possui o direito e o poder de justificar o seu governo. Para ilustrar o significado do *Tao*, Zhao destaca que “Um rei pode governar por suas ordens, ganhar guerras com estratégias, mas usufruir do *Tianxia* somente por não fazer nada que diminua a liberdade e negue os interesses do povo” (LAOZI, fundador do Taoísmo, *Tao Te Ching*, 500 AEC, *apud* ZHAO, 2006, p. 32, tradução nossa).

Em termos chineses, um mandato celestial pode ser questionado por um movimento revolucionário que reivindique este mandato como evidência do apoio popular, o que efetivamente ocorreu em diversos momentos ao longo da história da China.

A totalidade do *Tianxia* e a importância pela harmonia destacam a sua formação conceitual. Tudo que é prejudicial à totalidade e a harmonia do *Tianxia* é politicamente inaceitável; um sistema harmonioso deve buscar a homogeneidade como igualdade. Ademais, uma ordem mundial efetiva deve buscar consistência e transitividade entre os níveis do *Tianxia*, os Estados e as famílias; para o autor, esta falta de transitividade é o que levou às falhas de uma ordem internacional ocidental, baseada em democracia, liberdade e igualdade somente do Estado para dentro, e não entre os Estados. Igualmente, o autor enfatiza que a filosofia política chinesa rejeita o individualismo metodológico, pois o indivíduo não deve ser a principal unidade de análise; o político reside no relacional e não no individual, está na coexistência, e não na existência singular.

O Tudo sob o Céu, dito como um império, significa o mundo sob uma instituição de comum acordo, o mundo na sua totalidade/”mundialidade” (*worldness*), de modo a trazer pacificação. Para as relações internacionais, o conceito confuciano de *Jen* é usado por Zhao (2006, p. 35, tradução nossa) para descrever o preceito fundamental de reciprocidade entre diferentes; a harmonia entre os povos é desenvolvida a partir das diferentes reciprocidades, o respeito ao outro em suas diferentes características. O respeito mútuo na alteridade é destacado pelo princípio de “deixar o outro atingir os seus objetivos se o seu for atingido”.

Como preceito aplicado às relações internacionais, o *Tianxia* pode ser visto nas práticas das Nações Unidas, no sentido de que ambos são destinados a tratar de questões de abrangência mundial e assegurar a paz. Da mesma forma, a unidade na qual o mundo é tratado é destacada; a inclusão de todos numa mesma “família mundial”, enquanto a ONU está baseada na dualidade pluralismo-universalismo. O autor critica esta dualidade no sentido de que o pluralismo é esteticamente adotado, somente para agradar países em desenvolvimento, quando na verdade o universalismo das

grandes potências é aplicado. O universalismo dentro das ações da ONU, para Zhao (2006, p. 37, tradução nossa), encoraja a postura do “egoísta maximizador”, quando uma grande potência obtém vantagens pela postura de não-cooperação e busca da sua universalização dos seus valores “em nome da globalização”.

Assim, Zhao classifica o universalismo como uma forma de fundamentalismo; uma forma de ampliar a sua forma de vida como a correta, transformando o outro em “pagão”; assim, a ONU é uma organização de Estados dentro de uma sociedade individualista, e, portanto, copia os seus padrões. Desta forma, as Nações Unidas foram desenhadas para tratar de Estados, e não do mundo como um todo. Assim, a “internacionalidade” não é e não pode ser “mundialidade”, ao mesmo tempo em que a globalização vem modificando o sistema interestatal e enfraquecendo-o a partir do universalismo.

Logo, a identificação do *Tianxia* como filosofia política para o internacional revela a necessidade de reconceituação de império, diferente de padrões anteriores do Ocidente: 1) o império militar – o padrão do Império Romano, uma superpotência de expansão territorial e conquista; 2) o Estado-nação imperialista – o padrão do Império Britânico, baseado no colonialismo e imperialismo, em países centrais e periféricos; 3) o imperialismo hegemônico – o padrão americano, no qual a dominação é exercida pelo conhecimento e tecnologia de forma indireta, usando a globalização como instrumento; e a instituição do 4) *Tianxia*, ou instituição mundial, responsável por confirmar a governança global, acima do internacional, e na trindade da dimensão geográfica (Terra), psicológica (o coração do povo) e política (a instituição mundial). Para Zhao (2006, p. 39), os atuais desafios globais exigem uma teoria que abarque o mundo na sua totalidade, acima dos Estados e para o mundo, de forma a lidar com as atuais questões globais.

A partir do *Tianxia*, a sua conceituação e aplicação, é destacado como o conceito possui profundas origens na tradição política chinesa, tal qual foi o princípio fundador do milenar sistema tributário sinocêntrico. Esta é uma perspectiva distinta da tradição política ocidental, baseada no Estado como unidade básica das relações internacionais, as quais são construídas a partir da sua unidade fundadora; e, portanto, a perspectiva individualista e do jogo de soma zero como tradição da prática política. A perspectiva de ordem a partir de questões mundiais é relevante para desafios presentes na atual conjuntura mundial, como as mudanças climáticas e as novas matrizes energéticas, as quais exigem um esforço coordenado a nível mundial para a sua solução. Então, o *Tianxia*, como perspectiva teórica relevante em RI, representa uma inovação da visão chinesa para o internacional, acima de questões nacionais e promotora do ecumenismo. Porém, devido a este mesmo caráter universal, a sua aplicabilidade é questionada, devido às resistências e a predominância das perspectivas nacionais para o sistema interestatal.

A dialética *Zhongyong* como perspectiva internacional

A dialética *Zhongyong* (中庸), ou Doutrina do Meio, em contexto histórico, origina-se no que Qin (2014) denomina como continuidades e mudanças na política exterior chinesa, sobretudo as respostas e reações dos Estados Unidos (EUA) frente à sua ascensão em influência e poder no sistema interestatal.

Desta forma, é uma perspectiva teórica fruto de uma época histórica, a do século XXI e da ascensão de uma potência não-ocidental a partir de uma ordem fundada e mantida sobretudo por potências ocidentais e destinada à preponderância destas mesmas potências. Consequentemente, assim como a perspectiva do *Tianxia*, a dialética *Zhongyong* é uma resposta chinesa para os desafios nacionais impostos pela sua ascendência.

Esta teoria, assim como o Tudo Sob o Céu, origina-se a partir da tradição da filosofia política chinesa, dos Analetos (论语 *lunyu*) de Confúcio (孔子 *Kongzi* – 551-479 AEC) - escritos compilados durante o período dos Estados Guerreiros (475-221 AEC) - e sua doutrina, como um capítulo do Livro dos Ritos (礼记 *Liji*). Deste modo, está baseada em períodos históricos muito anteriores aos construtos teóricos ocidentais modernos de relações internacionais, como as escolas Realista, Liberal e Construtivista. Similarmente, como a tradição política ocidental em RI reivindica os escritos de Tucídides (460-400 AEC) – *A História da Guerra do Peloponeso* (431-404 AEC) - como a fundação histórica do Realismo como

perspectiva teórica, no resgate histórico da civilização greco-romana e da Antiguidade Clássica até o Renascimento, a Escola Chinesa busca os seus aportes nas dinastias fundadoras da sua sociedade; o que corrobora a visão pós-estruturalista de que toda teoria depende dos valores do sujeito e da sua perspectiva frente à realidade, e seus aportes teóricos são construídos e moldados a partir destas experiências sociais (JACKSON; SORENSEN, 2013, p. 234; BARBOSA, 2021, p. 11).

Esta doutrina, ao contrário de uma perspectiva ocidental dicotômica, não polariza as duas práticas de política exterior chinesas para este século, vistas como opostas: as chamadas *Keeping a low profile* (KLP – *taoguangyanghui*) e a *Striving for achievements* (SFA – *fenfayouwei*), que seriam, a partir de uma dicotomia hegeliana, uma a antítese da outra; a primeira seria discreta, e a última, assertiva. A preocupação ocidental, então, seria a de que a aplicação da política SFA, mais assertiva, levaria a um confronto nítido contra o Ocidente, em particular os Estados Unidos. Uma visão hegeliana ocidental, portanto, não seria adequada para analisar a posição chinesa na política internacional, que não parte de um princípio conflitativo por natureza⁶; analisar o comportamento chinês seria mais adequado, então, a partir de uma perspectiva de continuidade através da mudança (QIN, 2014, p. 286-287).

Essencialmente, a Doutrina do Meio tem como objetivo a busca pela centralidade e harmonia, o que guarda similaridades com o previamente exposto *Tianxia*, sendo também derivada da filosofia política chinesa confuciana. A relação complementar entre dois opostos é uma definição central de *Zhongyong*; porém, diferentemente da polaridade hegeliana, estes opostos na dialética do Meio são constituintes de uma mesma unidade, como partes orgânicas de um todo⁷. Portanto, os pares complementares são representados pelo conhecido *yin e yang*; apesar de diferentes, a interação das duas partes constituintes gera a sua coexistência, torna-se um processo inclusivo. Assim, mudança e continuidade formam partes de um todo; um somente ocorre devido à existência do outro e através do outro. Então, é necessário considerar o todo, numa perspectiva holística, para que as partes sejam corretamente compreendidas – o que guarda novamente uma considerável semelhança ao Tudo Sob o Céu. Igualmente, evitar os extremos e seguir a moderação – pois as partes extremas não representam corretamente o todo – é um objetivo da Doutrina do Meio; assim como mudança e continuidade somente se realizam através do outro, formando uma totalidade.

Nas relações China-EUA, utilizada como caso no qual a Doutrina do Meio é presente, para os chineses, a perda de um causa a perda do outro; isto é, a lógica da complementaridade entre dois possíveis opostos. Desta forma, especialmente em relação a como outras grandes potências podem reagir, a moderação é o objetivo entre o uso da uma política exterior discreta e uma assertiva – KLP e SFA respectivamente – em esforços para alcançar uma devida medida. A complexidade e subjetividade destes juízos de valor são o que tornam a sua aplicação a situações concretas uma árdua e constante tarefa, em constante mudança (QIN, p. 293-295).

Em comparação com as diferentes matrizes de pensamento e conhecimento de base ocidental e chinesa, Barbosa (2021, p. 12) destaca as similaridades entre o Construtivismo em RI e a dialética relacional da Doutrina do Meio. O conhecimento a partir do contexto social e a sua concretização a partir de interrelações são elementos comuns entre as duas perspectivas, assim como outras teorias críticas ao estruturalismo nas relações internacionais. O contexto histórico e a relação entre os agentes determinam os valores e as percepções de cada ação - amistosa ou hostil, promotora de mudanças ou de continuidade. Entretanto, como características próprias, assim como o *Tianxia* promove uma visão chinesa sobre o sistema mundial profundamente autóctone, a doutrina *Zhongyong* destaca a totalidade e a interação entre as suas partes formadoras; apesar das diferentes identidades, estas são interdependentes e constituintes de uma construção social.

⁶ Qin (2014, p. 287, tradução nossa) ressalta que “[...] os chineses não pensam desta forma dicotômica. Este tratamento dicotômico [...], adotar ou a KLP ou a SFA pode levar a um sério engano sobre a real política exterior da China e seu comportamento internacional na arena global. A razão é simples: os chineses não pensam e agem desta forma”.

⁷ Como exemplo, Qin destaca: “Todo possível par, [...] continuidade e mudança, ou Oriente e Ocidente, consiste de duas partes de um todo, complementando a evolução da vida um do outro e a coevolução rumo a uma nova síntese” (QIN, 2014, p. 292-293).

O Realismo com características chinesas: Realismo Moral

O Realismo Moral, como expoente da teoria realista na China, tem como principal intelectual Yan Xuetong, representante do grupo acadêmico de RI da Universidade Tsinghua, uma das mais prestigiadas instituições do país. Assim como as teorias realistas clássicas, que prezam as capacidades materiais – econômicas e militares – como elementos formadores do poder no sistema interestatal, o Realismo Moral também confere importância a estas dimensões; entretanto, estabelece que normas morais estipulam como estas capacidades atuam na liderança política. Similarmente, esta vertente do Realismo também estabelece uma ordem internacional das grandes potências – aquelas que detêm maiores capacidades do exercício do poder – porém, a dominância das grandes potências está sobretudo na liderança política moral, a qual não se sustenta somente a partir do poder econômico e militar (YAN, 2011, p. 2-3).

Portanto, o que difere a perspectiva do Realismo Moral de outras correntes do Realismo é o tratamento dado às relações entre poder e moral na conformação do sistema interestatal. Yan (2019) difere esta teoria do Neorealismo, ao defender que seus principais expoentes – a corrente defensiva de Waltz, e a ofensiva de Mearsheimer – desconsideram a importância da moral para o Realismo Clássico; o autor defende a relevância da moral em autores clássicos, como Tucídides, Clausewitz e Morgenthau, nos quais um senso de justiça é identificado como relevante nas questões de Estado. Desta forma, o Realismo Moral é a abordagem utilizada para compreender o comportamento das grandes potências nas suas preferências estratégicas, ou seja, como conduzem o seu processo de liderança. Quando as ações de um Estado estão de acordo com os códigos universalmente aceitos, estas são consideradas morais; e são consideradas imorais quando não estão em conformidade com estes valores (YAN, 2019, p. 3-7).

A liderança política, no processo de ascensão das grandes potências, recorre a um conjunto de recursos, que formam as suas capacidades de moldar a distribuição de poder no sistema interestatal: moralidade; poder; capacidade, e autoridade. O Realismo Moral argumenta que o poder acumulado, em si mesmo, não produz uma ordem internacional, pois este mesmo poder necessita de legitimidade para o seu exercício; portanto, esta capacidade de influência na determinação das normas é o poder conferido à moralidade nesta vertente realista. Isto é, quando as capacidades acumuladas de uma potência em ascensão são utilizadas de forma a garantir influência e modificações nas normas da ordem internacional, esta redistribuição pode garantir que a potência ascendente eclipse a potência anteriormente dominante (YAN, 2019, p. 2).

Assim, o poder em seu estado bruto, ou seja, em capacidades econômicas e militares acumuladas, carece de ampla credibilidade de forma a adquirir sustentação necessária para se perpetuar e estabelecer uma ordem internacional, com princípios e normas duradouras, os quais são elementos imateriais do exercício de liderança (BARBOSA, 2021, p. 13).

Do mesmo modo que a teoria do *Tianxia* e a doutrina *Zhongyong* são heranças da filosofia política chinesa e do seu processo histórico como Estado-civilização, o Realismo Moral também se estabelece como uma vertente da teoria de relações internacionais com profundas motivações históricas e características chinesas. Yan (2011) utiliza como referência para esta teoria realista um período histórico de conflitos entre Estados guerreiros, o período conhecido como Primavera e Outono (770-476 AEC) e o dos Estados Guerreiros (475-221 AEC), nos quais havia uma intensa competição entre reinos por conquistas territoriais e supremacia sobre os menores. Esta época, por ter sido prolífica em termos de prática política e de Estado, um período classificado como Pré-Qin (221-207 AEC), anterior à formação da China Imperial, é fonte da filosofia política do Realismo Moral⁸.

Portanto, a partir destes antecedentes históricos, utilizados como fonte para uma teoria de RI essencialmente chinesa, assim como as outras teorias anteriormente apresentadas, há o surgimento e fortalecimento de uma perspectiva do país para o sistema mundial, baseada em momentos históricos e formações sociais autóctones; o que permite

⁸ “Os pensadores Pré-Qin que a moralidade e a ordem interestatal são diretamente relacionadas, especialmente no nível da moralidade pessoal do líder e a sua função em determinar a estabilidade da ordem interestatal” (YAN, 2019, p. 4-5).

estabelecer comparações entre as diferentes bases teóricas ocidentais e chinesas sobre o que é RI e nas suas diferentes filosofias políticas.

RI chinesa e ocidental: bases teóricas e diferenças

De forma a estabelecer as premissas utilizadas para diferenciar a filosofia política ocidental e chinesa, e, portanto, seus distintos pontos de partida para as teorias de RI, torna-se necessário estipular que os substratos teóricos de determinada sociedade são produto das suas formas de organização, ideias e normas. O conhecimento em RI é resultado de uma construção social, advém de uma determinada localidade e das suas próprias experiências, nas quais ideias e valores são praticados⁹ (BARBOSA, 2021, p. 11). Portanto, a Teoria Crítica em RI é uma perspectiva relevante para o estabelecimento dos pontos de similaridade e diferença entre as bases teóricas ocidentais e chinesas.

Na perspectiva crítica, as capacidades materiais, as ideias e as instituições formam uma ordem internacional; portanto, diferentes capacidades econômicas, ideias compartilhadas e instituições distintas formam distintas ideias de ordem, baseadas nos diferentes interesses dos Estados e nas suas posições relativas. Ademais, a formação de uma ordem e as suas características são resultado da interação de três níveis em perspectiva histórica: as formas de Estado; as forças sociais; e a própria ordem mundial. A constante interação entre estes distintos níveis é o que estabelece a ascensão e queda de ordens mundiais (SILVA, 2005, p. 266-267).

Portanto, diferentes capacidades materiais, assim como ideias de ordem, formam diferentes instituições, que tendem a sustentar a ordem interestatal estabelecida, ou promover a sua mudança, de acordo com modificações nas correlações de forças entre potências. Devido às mudanças entre as capacidades das grandes potências na ordem internacional – notadamente a mudança na correlação de forças provocada pela ascensão chinesa – distintas ideias de ordem, e modificações nas instituições existentes surgem devido a esse processo.

Segundo Cox (1981), estes elementos constituintes da ordem internacional geram diferentes adesões a estas configurações estabelecidas. A instituição de maiores níveis de cooperação liderados pela China - com a adesão de grandes potências, como a Rússia – é percebida pelo líder das instituições da ordem pré-estabelecida, os Estados Unidos, como uma ameaça; portanto, uma insurgência contrahegemônica frente à ordem internacional previamente estabelecida, e a qual os EUA, por meio de estratégias de manutenção e contenção de ordem, buscam manter. Desta forma, uma ordem pré-determinada busca fixar-se no tempo, na defesa dos interesses de seus criadores, mesmo com significativas mudanças de conjuntura histórica (COX, 1981, p. 129). As diferentes concepções chinesas de ordem mundial, suas ideias e valores, e consequentes visões de modificações da atual ordem vigente, são percebidas como potenciais ameaças.

Nos movimentos estratégicos de modificação da ordem e acomodação de forças, as posições chinesas, assim como das potências ocidentais, são resultado das suas formas de Estado, como as suas sociedades se organizam, e, portanto, como determinam as suas normativas. Assim, diferenças conceituais entre as perspectivas teóricas de civilizações tão distintas são resultado dos seus distintos contextos históricos; como resultado de suas próprias experiências, estas perspectivas teóricas não são universais, são reflexo das estruturas de cada sociedade¹⁰. Como filosofia política, as perspectivas teóricas chinesas são baseadas nas suas experiências históricas milenares, inclusive anteriores à própria formação da China Imperial, o que implica a atuação de forças sociais e as suas formas de Estado em interação há três milênios; portanto, formas autônomas e distintas da formação histórico-social do Ocidente, e inclusive anteriores cronologicamente.

Ademais, de modo a situar perspectivas teóricas plurais, baseadas em experiências de outras regiões geralmente marginalizadas em teorias de RI, Qin (2020) enfatiza a importância da adoção de uma abordagem crítica, com vistas à

⁹ “O estudo de Ciências Políticas no Ocidente reflete um substrato teórico que remete à Grécia Antiga e à civilização greco-romana que a sucedeu, e tal herança está na sua produção de conhecimento até hoje” (BARBOSA, 2021, p. 11).

¹⁰ Sobre a tendência ocidental a universalizar os seus valores, BARBOSA (2021, p. 11) salienta que “[...] uma vez que as ciências sociais se desenvolveram primeiro no Ocidente, tornou-se comum aceitar sua produção intelectual como universal e aplicável a distintos contextos e áreas geográficas”.

pluralidade no estado da arte do campo teórico de RI. A experiência das periferias do sistema internacional é radicalmente diferente do centro, e a disciplina, para refletir a realidade em constante mudança, necessita incorporar outros elementos teóricos que não somente os produzidos nos grandes centros tradicionais¹¹. Há diferenciações importantes nas perspectivas em RI produzidas fora do eixo central EUA-Europa, e a pluralidade teórica desenvolvida em diferentes regiões é resultado de uma visão crítica da disciplina.

Esta diferenciação epistemológica é constantemente destacada em Qin (2014), a partir da identificação de como potências ocidentais cometem erros de julgamento em relação ao comportamento chinês na política internacional. A “incerteza” em relação à China, sua identidade e comportamento (p. 286) é resultado da tentativa de espelhamento ocidental nos valores chineses, o que acarreta em erros de julgamento. A dicotomia hegeliana, o estado de natureza hobbesiano, os jogos de soma-zero – os valores determinados pela escola realista formadora da “tragédia das grandes potências” – são resultado histórico da formação social ocidental, o que é denominado conhecimento prévio; tanto para a dicotomia hegeliana¹², como na dialética *Zhongyong*.

Conhecimento prévio [...] molda formas de pensar e guia a ação social. É um estoque de conhecimento tácito e inarticulado e serve como base da qual deliberação e ação intencional tornam-se possíveis. [...] Em outras palavras, o que causa a ação [social] em sua maioria não é o cálculo racional, mas histórias, experiências, práticas e hábitos (QIN, 2014, p. 289-290).

As teorias de RI ocidentais – especialmente as de base realista - quando aplicadas na relação com diferentes civilizações, de outro contexto e outra formação histórica, na perspectiva chinesa, tornam-se profecias autorrealizáveis, ao replicar a história de forma mecânica e anacrônica – exemplificado na chamada “armadilha de Tucídides”, comumente evocada na defesa de um confronto inevitável entre Estados Unidos e China, como respectivamente as potências dominante e desafiadora (p. 313). Enquanto a dicotomia hegeliana ressaltaria a relação conflituosa entre teses opostas, mutuamente exclusivas, a dialética *Zhongyong* ressalta como a totalidade somente pode ser composta por opostos em unidade; portanto, não há uma sobreposição ou supremacia de um polo sobre o outro, a coexistência de ambos é o que forma a ordem. Desta forma, aplicada às relações entre grandes potências, sobretudo entre China-EUA, há bases distintas que formam uma perspectiva ocidental mais conflituosa, enquanto a chinesa busca a acomodação e vias de evitar o confronto direto.

Similarmente, o Realismo Moral projeta-se como alternativa teórica ao rejeitar algumas premissas do Neorealismo, desenvolvido sobretudo no seu esforço em afastar elementos considerados subjetivos do Realismo Clássico, como a moralidade. O que é considerado moral – então legítimo – é essencial nesta perspectiva, desenvolvida sobretudo por Yan (2011; 2019). A ação social e os seus códigos, como são percebidos e tratados, formam um fator essencial para as preferências estratégicas do Estado, de acordo com esta vertente; o que a torna distinta de expoentes do Realismo ocidental, como Kenneth Waltz e John Mearsheimer, defensores de uma abordagem científica, que teoricamente deveria excluir normativas das suas análises. Julgamentos morais em modelos teóricos, *a priori*, para estas abordagens, resultariam em subjetividade, o que afetaria a sua eficiência em compreender a realidade concreta (YAN, 2019, p. 4-5).

Porém, a exclusão do que é considerado subjetivo não afasta a formação social inerente a uma perspectiva teórica; o conhecimento prévio, como formação histórico-social, baseia as premissas da formação de uma teoria. A não-diferenciação de agentes, os confrontos pelo poder, identificado como capacidades materiais – sobretudo militares – e a busca pela sua manutenção, tidos como princípios objetivos realistas, fazem parte de uma formação histórica, identificada com a formação dos Estados modernos europeus e a sua expansão nos últimos séculos. Assim, a diferenciação proposta

¹¹ De modo a estabelecer uma lógica distinta do centro-periferia na disciplina de RI, na qual a periferia “é permitida consumir, mas nunca produzir”, uma abordagem crítica deve ser encorajada, de modo que o conhecimento de outras regiões seja incorporado e debatido (QIN, 2020).

¹² Qin (2014), ao destacar como a dialética *Zhongyong* é estabelecida pela “continuidade através da mudança”, a contrapõe à dialética hegeliana, base do pensamento ocidental e da dicotomia de teses opostas e em confronto.

pelo Realismo Moral busca abarcar a experiência histórica chinesa à atual conjuntura histórica do país e do sistema interestatal, assim como o jogo das grandes potências e quais elementos influenciam os acontecimentos presentes.

Em relação ao sistema *Tianxia*, este defende uma diferenciação das formas de império como exercidos anteriormente ao longo da História, destacando os padrões vistos como imperialistas: a rejeição da superpotência militar com expansão territorial; o Estado-nação colonialista; e o poder hegemônico a partir do domínio político-econômico. Em contraposição, o Tudo Sob o Céu ressalta a confirmação de uma governança supranacional, a qual estaria acima de um internacionalismo, baseado nos problemas e desafios de ordem mundial. Visto como princípio, este modelo de governança trata dos problemas mundiais que estão acima da unidade básica da tradição ocidental para o sistema mundial: a unidade estatal. O sistema é visto e criado como o conjunto de interrelações entre os entes estatais, os quais têm autonomia de ação sobre os seus próprios territórios, e atuam em conjunto de acordo com os seus próprios interesses. Entretanto, este sistema encontra seus limites frente aos atuais desafios mundiais - os quais necessitam de uma coordenação e ações acima dos Estados nacionais - e o *Tianxia* é uma perspectiva essencialmente chinesa no intento de transcender estes limites intrínsecos ao sistema interestatal, de forma a pensá-lo inicialmente a partir da sua totalidade, e desta forma, propriamente lidar com suas atuais limitações.

Considerações finais

No atual século, a ascensão chinesa no sistema interestatal é um fato decorrente da sua crescente participação na economia mundial, a partir do comércio e da produção, e da sua organização interna, forças sociais e forma de Estado. Sua atual organização, resultado do movimento socialista fundador da RPC, a partir das lutas nacionalistas centenárias contra as consequências das Guerras do Ópio, Tratados Desiguais e do Século das Humilhações, prevê uma forma-Estado atuante na promoção da China como grande potência no sistema mundial. De acordo com a consolidação deste processo de ascensão, há o desenvolvimento de uma perspectiva chinesa das relações internacionais, crescente em influência e na sua própria formação como escola de conhecimento.

Nas últimas quatro décadas, diversos movimentos da academia chinesa promoveram o debate em torno da criação de teorias de RI chinesas, a partir de perspectivas próprias do sistema mundial. Este artigo destacou três vertentes da filosofia política chinesa para pensar o sistema: o Tudo Sob o Céu - *Tianxia*, a Doutrina do Meio - dialética *Zhongyong* e o Realismo Moral, como os três principais elementos teóricos de RI com características e perspectivas propriamente chinesas. As tradições da filosofia política chinesa, existentes há três milênios, estão presentes ao longo destes três paradigmas, como fontes históricas e formadoras da identidade e visões de mundo chinesas. Portanto, um fator essencial para as formulações de uma escola chinesa de RI é a negação da universalidade epistemológica das teorias ocidentais, as quais não são totalmente aplicáveis a outras sociedades, calcadas em outros conhecimentos e outras formas de organização social. O próprio processo modernizador, liderado pelo movimento socialista chinês, busca a partir da sua atual forma-Estado promover uma perspectiva nacionalista e autônoma da China, o que repercute no movimento de criação e consolidação de uma escola nacional de RI.

As seguintes perspectivas teóricas apresentadas são produto da formação social e da forma-Estado da RPC e das suas bases históricas fundantes, e assim diferenciam-se das tradições da filosofia política do Ocidente. Tradições ocidentais, como o sistema mundial baseado nas interrelações das unidades estatais; a dialética hegeliana como base epistemológica para o confronto de soma-zero e o jogo de poder da lógica do Realismo; e o materialismo objetivo, com reivindicação científica, focado em capacidades materiais e sua distribuição, como ressaltado pelas vertentes do Neorealismo, são criticados em suas premissas universais, respectivamente pelas perspectivas do *Tianxia*, da dialética *Zhongyong*, e do Realismo Moral, formando uma visão propriamente chinesa sobre diversos pontos característicos das relações internacionais como área do conhecimento.

Em conclusão, conforme a ascensão chinesa se consolida e perdura ao longo do século XXI, suas perspectivas sobre o sistema mundial tomam forma e influência nas conformações da ordem internacional. Estas projeções, em termos de ideias e normas, formam um arcabouço teórico que caracteriza o próprio processo de desenvolvimento chinês, e diferencia as suas visões de ordem de outras concorrentes; especialmente a ordem vigente, estruturada sobretudo pelos Estados Unidos e aliados próximos. A escola chinesa, e suas formulações teóricas, elabora a sua visão de ordem para o século XXI, o que é de grande importância para a atual conjuntura histórica de (re)acomodação entre grandes potências.

Referências

- BARBOSA, P.H.B. O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI? **Revista Carta Internacional**, v. 16, n.2, p. 1-22, 2021.
- CERQUEIRA, H.E.G.; ALBUQUERQUE, E.D. China and the first impact of the Industrial Revolution: initial conditions and a falling-behind trajectory until 1949. **Nova Economia**, v. 30, n. especial, p. 1169-1198, 2020.
- CORREA, G.F.; BARBOSA, P.H.B. Uma tentativa brasileira de entender o funcionamento do governo e do setor privado da China. In: BARBOSA, P.H.B. (org.). **Os Desafios e oportunidades na relação Brasil-Ásia na perspectiva de jovens diplomatas**. Brasília: Funag, 2017, p. 21-64.
- COX, Robert. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. **Millenium**, 1981, 10(2), p. 126-155.
- GRACHIKOV, Yevgeny. Chinese School of International Relations: How Theory Creates Diplomatic Strategy and Vice Versa. **Russia in Global Affairs**, v. 17, n. 2, 2019.
- HWANG, Y. Reappraising the Chinese School of International Relations: A postcolonial perspective. **Review of International Studies (RIS)**, v. 47, n. 3, p. 311-330, 2021.
- JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introduction to International Relations: theories and approaches**. 5 ed. Oxford: Oxford University Press, 2013.
- NOGUEIRA, Isabela. O Estado na China. **Oikos**, v. 20, n.1, p. 6-16, 2021.
- QIN, Yaqing. Continuity through change: Background knowledge and China's international strategy. **Chinese Journal of International Politics**, 7(3), p. 285-314, 2014.
- QIN, Yaqing. Development of International Relations theory in China: progress through debates. **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 11, n. 2, p. 231-257, 2011.
- QIN, Yaqing. The global turn in IR and non-Western IR theory. In: QIN, Y. [org.]. **Globalizing IR Theory: Critical Engagement**. Routledge, 2020.
- SILVA, M.A.M. Teoria Crítica em Relações Internacionais. **Contexto Internacional**, v. 27, n. 2, 2005, p. 249-282.
- XI, Jinping. **The Governance of China**. Beijing: Foreign Languages Press, 2014.
- XIA, G. China as a 'Civilisation-State': A Historical and Comparative Interpretation. **Procedia – Social and Behavioral Sciences**, 140, p. 43-47, 2014.
- WANG, Hui. Contemporary Chinese Thought and the Question of Modernity. **Social Text**, 55, p. 9-44, 1998.
- YAN, Xuetong. **Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. New Jersey: Princeton University Press, 2011.
- YAN, Xuetong. **Leadership and the Rise of Great Powers**. New Jersey: Princeton University Press, 2019.
- ZHANG, W. **The China Wave: Rise of a Civilizational State**. New Jersey: World Century Publishing Corporation, 2012.
- ZHAO, Tingyang. Rethinking Empire from a Chinese Concept of All-under-Heaven (Tianxia). **Social Identities**, v. 12, n.1, p. 29-41, 2006.

Funções de colaboração exercidas

Lucas Gualberto do Nascimento:

Conceituação; Investigação; Escrita (primeira redação);

Informações fornecidas pelo autor de acordo com a [Taxonomia de Funções de Colaborador \(CRediT\)](#)